



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA

JENNIFER JULY ANDRADE SILVA

**MAPEAMENTO DE DEMANDAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NA TERRA INDÍGENA SANTUÁRIO DOS PAJÉS, BRASILIA- DF**

PLANALTINA - DF

2018

JENNIFER JULY ANDRADE SILVA

**MAPEAMENTO DE DEMANDAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NA TERRA INDÍGENA SANTUÁRIO DOS PAJÉS, BRASILIA- DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade
UnB Planaltina como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Gestão
Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marianna Assunção
Figueiredo Holanda

PLANALTINA - DF

2018

Silva, Jennifer July Andrade.

Mapeamento de demandas em Educação Ambiental na Terra Indígena Santuário dos Pajés, Brasília–DF, 2018. 50 f.

Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental. Orientadora:

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

1. Educação Ambiental. 2. Povos Indígenas. 3. Terra Indígena Santuário dos Pajés. 4. Gestão Territorial e Ambiental.

JENNIFER JULY ANDRADE SILVA

**MAPEAMENTO DE DEMANDAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA TERRA
INDÍGENA SANTUÁRIO DOS PAJÉS, BRASILIA- DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina-DF, 06 de Dezembro de 2018.

Prof.^a Dra. Marianna Assunção Figueiredo Holanda (UnB)

Prof.^a Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (UnB)

Prof. Dr.Eduardo Di Deus (UnB)

AGRADECIMENTOS

As palavras que escrevo aqui não serão suficientes para expressar a gratidão que sinto pela minha família que compreendeu a minha ausência e a pressa ao longo desses últimos meses, os choros de nervoso e o estresse constante. Em especial, gostaria de agradecer a meus pais, Dulcilene e Ademilson, as minhas irmãs, Jhelica e Geovana, que, mais do que ninguém, tiveram paciência nas minhas crises de existência ao longo da pesquisa e me apoiaram quando pensei em desistir.

Ao meu amigo, namorado e noivo Pedro Ramos que me ajudou na descoberta desse tema de pesquisa, ao me fazer enxergar o quão apaixonada eu estava pela temática indígena, ao me ajudar a trabalhar o medo de uma mudança de tema, mas principalmente a me manter sã e me fazer rir em momentos complicados desse processo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Marianna Holanda, por aceitar a parceria nessa jornada mesmo sabendo todos os limites que eu possuía devido ao tempo escasso que dispunha para me dedicar em razão do meu trabalho, problemas pessoais e de saúde. Com ela cursei as disciplinas Tópicos Especiais: Terra, Territórios e Diversidade em 1/2017, Política e Gestão Ambiental de Terras Indígenas e Meio Ambiente e Direitos Humanos em 2/2017. Serei sempre grata pela oportunidade, pela constante disposição e diálogo.

Às minhas colegas Fernanda, Aline e Emilly Sabrine com quem sempre pude compartilhar ideias e angústias, e os demais colegas da turma de 2014 do curso de Gestão Ambiental-FUP, que certamente fizeram parte de um grande crescimento intelectual. E aos demais colegas que fiz ao longo de toda a minha graduação.

Minha gratidão à ajuda dos meus colegas do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília onde trabalhei ao longo de um ano e seis meses, que foram importantes para que eu conseguisse chegar ao final desse processo.

Ao meu psicanalista Paulo de Tarso que foi uma luz no fim do túnel em uma época bem difícil do meu processo de formação, me ajudando a controlar

minhas crises de ansiedades, me ajudando a entender melhor os meus limites e trabalhando comigo um processo longo e cansativo de como viver um dia de cada vez.

À Isabela Ferreira e João Guilherme Nunes, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) por terem me recebido no Instituto, atentos à minha demanda por um trabalho de campo em Terra Indígena, e me colocado em contato com algumas famílias da Aldeia Sumaré II/Peaçu da Terra Indígena Xakriabá, deixando ainda à minha disposição todo o acervo do ISPN do projeto que estava acabando de ser concluído com a comunidade e que envolvia a recuperação ambiental de uma vereda. Iniciou-se uma articulação para que eu fosse à campo e colhesse mais dados, complementando informações ao projeto, mas por motivos de saúde e familiares, este campo não foi possível. Espero, contudo, que o canal de comunicação permaneça aberto.

À Profª Nina Paula Ferreira Laranjeira, com quem ministrei a disciplina Fundamentos da Educação Ambiental e que me iniciou nos trabalhos de campo na Terra Indígena Santuário dos Pajés.

À comunidade indígena do Santuário dos Pajés, em especial à Márcia Guajajara e seu filho Fetchawewe, agradeço imensamente por terem aberto a porta de sua casa e o diálogo. Ao Romário e seu Francisco, que tive um imenso prazer de conhecer na minha última visita à campo, e por terem sido decisivos para o desenvolvimento e para a conclusão do presente trabalho. Aos demais apoiadores do Santuário dos Pajés, gostaria ainda de agradecer pela paciência em responder minhas dúvidas, questionamentos e reflexões e parabenizar pelo lindo trabalho que desenvolvem dentro do Santuário dos Pajés.

Agradeço muito a todas e todos!

RESUMO

A constituição de 1988 garante a todos um ambiente equilibrado ecologicamente, para o uso comum de todos os cidadãos visando uma melhor qualidade de vida e protegendo e preservando o meio ambiente para as gerações futuras. Atualmente, aponta-se a necessidade de uma abordagem da questão socioambiental em diversos segmentos da sociedade, com especial atenção aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Na condição de minorias étnicas com direitos territoriais originários, a educação ambiental indígena pode vir a ser um instrumento que, pensada desde seus aspectos socioculturais, podem promover contribuições importantes nas práticas de uma comunidade impactada pela redução e pressão territorial da cidade e dos não indígenas do entorno. O objetivo deste trabalho é mapear as demandas em educação ambiental na Terra Indígena Santuário dos Pajés, Brasília-DF, cuja ameaça à sua terra é complexa, principalmente pelos conflitos ocasionados pela construção do Setor Noroeste, ameaçando sua organização sócio cultural, a flora e fauna locais – contexto histórico que faz dessa comunidade um símbolo de resistência coletiva. Do ponto de vista metodológico e teórico buscamos dialogar com autores cujas ideias dialogavam com a minha investigação, como Brayner (2013), Buratto (2007) e Bavaresco (2014). O presente trabalho tem uma abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica e documental. Foi composto, ainda, por trabalho de campo, importantíssimo para as minhas reflexões, visto que foi através destes encontros que consegui enxergar os conflitos, a luta, a sabedoria e o quão a educação ambiental está presente no Santuário dos Pajés. O estudo apresenta as demandas do Santuário como criação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena, além da reconstrução do Sistema Agroflorestal e do malocão, além das parcerias com centros de ensino públicos e privados.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Povos Indígenas; Terra Indígena Santuário dos Pajés; Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

ABSTRACT

The 1988 constitution guarantees everyone an ecologically balanced environment for the common use of all citizens aiming at a better quality of life and protecting and preserving the environment for future generations. Currently, it is pointed out the need to approach the socio-environmental issue in several segments of society, with special attention to indigenous peoples and traditional communities. As indigenous ethnic minorities with indigenous territorial rights, indigenous environmental education can become an instrument that, thought from its socio-cultural aspects, can promote important contributions in the practices of a community impacted by the reduction and territorial pressure of the city and the non-indigenous environment. The objective of this work is to map the demands on environmental education in the Indigenous Land of the Pajés Sanctuary, Brasília-DF, whose threat to its land is complex, mainly due to the conflicts caused by the construction of the Northwest Sector, threatening its socio-cultural organization, local flora and fauna - historical context that makes this community a symbol of collective resistance. From a methodological and theoretical point of view, we sought to dialogue with authors whose ideas were in dialogue with my research, such as Brayner (2013), Buratto (2007) and Bavaresco (2014). The present work has a qualitative approach, besides bibliographical and documentary research. It was also composed by field work, which is very important for my reflections, since it was through these meetings that I was able to see conflicts, struggle, wisdom and how environmental education is present in the Shrine of the Pajés. The study presents the demands of the Sanctuary as the creation of the Territorial and Environmental Management Plan of the Indigenous Land, as well as the reconstruction of the Agroforestry System and the malocção, as well as partnerships with public and private schools.

Keywords: Environmental education; Indian people; Indigenous Land of the Pajés Sanctuary; Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands

LISTA DE SIGLAS

ADEMI – Associação de Empreendedores do Mercado Imobiliário

ARIE – Área Relevante de Interesse Ecológico

CF – Constituição Federal

CNEA – Conferência Nacional de Educação Ambiental

DIU – Dispositivo intrauterino

EA – Educação Ambiental

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

HUB – Hospital Universitário de Brasília

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNB – Parque Nacional de Brasília

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SAF – Sistema Agroflorestal

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIL – Summer Institute of Linguistics

SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

SMU – Setor Militar Urbano

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TI – Terra Indígena

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília/ Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PROBLEMA DE PESQUISA	13
3. JUSTIFICATIVA.....	14
4. OBJETIVOS.....	15
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
6. CAPÍTULO 1 - O QUE É A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?.....	17
6.1 Por uma visão política da Educação Ambiental: transformando os humanos e o ambiente.....	21
6.2 Educação Escolar Indígena.....	22
6.3 Educação Ambiental em Terras Indígenas.....	25
7. CAPÍTULO 2 – SANTUÁRIOS DOS PAJÉS	30
7.1 Criação do bairro Noroeste e seus impactos no Santuário dos Pajés.....	32
7.2 Convivência Interétnica entre comunidade indígena e não-indígenas.	36
7.3 Um pouco mais sobre as Experiências de campo.....	39
7.4 Educação Ambiental no Santuário dos Pajés e o eixo 7 da PNGATI	43
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS	52

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a constituição de 1988, em seu artigo 205, eleva o direito à educação a um status de direito público – um direito de todos e dever do Estado e da família – obrigando o Estado a promover e incentivar, com a colaboração da sociedade, o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SILVEIRA, 2013).

Ainda na constituição de 1988, o artigo 225 distribui a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado quesito tratado como essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. No parágrafo primeiro, inciso, sexto, o artigo prevê também que ao poder público incumbe “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Pensando na perspectiva dessas duas categorias de direitos fundamentais, os povos indígenas carecem ainda mais de atenção, pois na condição de minorias étnicas com direitos territoriais originários e constantemente violados, a educação ambiental voltada aos indígenas deve ser diferenciada e de qualidade – respeitando seus usos, costumes e tradições (Art. 231 da Constituição Federal) – devendo ainda, ser associada a um dever de conscientização da ordem pública orientada para a obrigação do Estado de demarcação de suas terras garantindo um ambiente preservado (SILVEIRA, 2013).

A Terra Indígena Santuário dos Pajés – antes denominada Comunidade Indígena Bananal – nasceu em 1957, quando algumas famílias dos povos Tapuyas/Fulni-ôs chegaram para trabalhar nas obras de Brasília, escolhendo uma localidade do cerrado para realizar seus rituais, onde acabaram se estabelecendo. No entorno, estão as nascentes de vários rios que formam as principais bacias hidrográficas brasileiras, encontra-se vegetação rasteira, arbustiva e arbórea, além de grande diversidade de fauna e flora.

Parte desse bioma foi declarada, em 1961, como Parque Nacional de Brasília (PNB) que está situado na porção noroeste do Distrito Federal, a cerca de 10 km do centro de Brasília. Portanto, o local onde os Tapuyas/Fulni-ôs estavam habitando tornou-se Parque Nacional na década de 1980/1990 e, depois, em 2009, foi transformado em um bairro – quando se acirrou a pressão territorial sobre a comunidade indígena. Após anos de luta pela delimitação e demarcação da Terra Indígena, que conta com um Laudo Antropológico que confirma a tradicionalidade da terra, grande parte da área original do Santuário dos Pajés foi esbulhada, cercada e desmatada por empreiteiras e órgãos públicos antes que o processo de efetivação da demarcação pudesse ocorrer. (TOSTA e BOËLS, 2014).

Neste sentido, a comunidade indígena do Santuário dos Pajés, cuja ameaça a sua terra é complexa, principalmente pelos conflitos ocasionados pela construção do Setor Noroeste, pondo em risco sua organização sociocultural e a perda da flora e fauna, tornou-se um símbolo de luta e resistência coletiva na capital federal. Contexto que influenciou a minha motivação pessoal e profissional para me aprofundar no estudo sobre educação ambiental em terras indígenas com vistas a proporcionar uma pequena contribuição reivindicativa e contestatória para o Santuário dos Pajés, comunidade que grita como quem exprime o impronunciável.

O seguinte estudo pretende assim, analisar as demandas de educação ambiental na Terra Indígena Santuário dos Pajés, Brasília- DF. Embora inserida em meio urbano e em meio a toda pressão territorial, a TI mantém atividades produtivas tradicionais, cultivando pequenas plantações e hortas familiares e comunitária. A distribuição espacial das habitações é traçada por alguns núcleos de edificação, mas com as casas separadas por trechos de vegetação do cerrado, o que me permitiu perceber que no caso indígena existe uma relação com o solo e a natureza profunda e subjetiva.

Olhando para o lado da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – instituída pelo Decreto nº 7.747/2012 e que tem como parte das suas diretrizes o protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas, o reconhecimento e a valorização das práticas indígenas de manejo, uso e conservação dos recursos

naturais, consolidando a contribuição das terras indígenas na conservação da diversidade biológica e a cultura dos biomas brasileiros – esta pesquisa dialogará com o seu eixo 7, que aborda “capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental” buscando a promoção de atividades de educação ambiental para as terras indígenas e seu entorno.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

Com a criação do bairro Noroeste em 2009, a comunidade indígena do Santuário dos Pajés começou a viver o seu maior conflito socioambiental desde o seu estabelecimento na capital federal. Ao perder grande parte do seu território tradicional para a construção do bairro, sofreu com a violação de parte da sua história que vinha de muito antes da construção de Brasília... Um confronto e uma disputa de território com forças desiguais, que até o momento tem sido vencido pelo mais forte na visão do capitalismo.

Metodologicamente, esta pesquisa visa responder a seguinte pergunta: Qual a visão e os significados da educação ambiental para a comunidade indígena Santuário dos Pajés?

3. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica a partir da compreensão de que a educação ambiental dentro de territórios indígenas quebra alguns paradigmas e preconceitos acerca do manejo do território, além da visão desconstruída de uma educação ambiental enraizada. A TI Santuário dos Pajés, por estar em uma área de grande conflito socioambiental – com os moradores não indígenas do bairro Noroeste, com as grandes construtoras e com o próprio poder público – traz este histórico de violência. Nos últimos anos, além da redução do seu território, tiveram suas casas, o malocão para rituais femininos e o seu sistema agroflorestal queimados, por exemplo. Nesse contexto, a educação ambiental, pensada desde a perspectiva indígena, dentro e fora do Santuário, é uma forma de despertar uma visão mais plural para o meio ambiente e para os indígenas que habitam naquele lugar.

Além da motivação pessoal ao cursar a disciplina Tópicos Especiais: Terra, Territórios e Diversidade em 1/2017 – aonde debatemos a noção de território, a sua relação com cada cultura e cada povo e a sua sacralidade para os povos indígenas – e Política e Gestão Ambiental de Terras Indígenas em 2/2017 – aonde pude conhecer e me aprofundar na PNGATI, fruto das lutas e conquistas do Movimento Indígena no Brasil.

4. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Mapear as demandas em educação ambiental na Terra Indígena Santuário dos Pajés, Brasília- DF.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a história e conflitos socioambientais da aldeia;
- Tomar conhecimento das principais demandas sanitárias;
- Relatar a visão da comunidade em relação à Educação Ambiental e a existência de programas de EA;
- Fazer uma reflexão sobre o Eixo 7 da PNGATI.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado na Terra Indígena Santuário dos Pajés, Brasília-DF, coordenadas: 15° 45'00.8"S e 47° 54'51.7"W com apoio das lideranças indígenas da aldeia.

A metodologia foi de um lado, pesquisa bibliográfica e documental (acervos de bibliotecas e bancos de dados e informações secundárias). Em relação à pesquisa bibliográfica demos atenção para livros; revistas; teses e nas áreas de Gestão Ambiental e de Ciências Sociais e Humanas. A outra parte da pesquisa contou com trabalho de campo, com observação participante e método etnográfico de coleta de dados.

Foram feitas as seguintes ações:

- Seleção da Terra Indígena a ser visita, dentro do bioma Cerrado, de acordo com os critérios de: i) demanda da comunidade pela parceria de uma Gestora Ambiental; ii) Experiência e reflexão sobre o Eixo 7 da PNGATI;
- Foi usado como instrumento de coleta de dados um questionário com oito perguntas. Na elaboração do roteiro de perguntas, o intuito foi investigar e conhecer sobre o modo de vida dos indígenas do Santuário dos Pajés, sua história socioambiental, os conflitos socioambientais enfrentados com a perda do seu território para a construção do Noroeste e saber sua visão e demandas de Educação Ambiental.
- Os trabalhos de campo foram realizados entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2018, no qual se realizou entrevistas abertas, observação participante e método etnográfico;
- O questionário foi respondido pelas lideranças do Santuário dos Pajés, Márcia Guajajara e Fetchawewe, juntamente com dois moradores que participaram da última entrevista: Romário, da etnia Tapeba e Francisco, esposo de uma indígena.
- Após, foi feita análise, interpretação e sistematização dos dados, a partir de pesquisa qualitativa.

6. CAPÍTULO 1 - O QUE É A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

O conceito de educação ambiental surgiu formalmente como área de estudo e pesquisa há cerca de 50 anos, mas já era utilizado há muito tempo atrás. O conceito começou a se modificar juntamente com o conceito de meio ambiente em 1965, por meio do uso da expressão “environmental education” (educação ambiental) na Grã-Bretanha, sobretudo após a Conferência de Educação da Universidade de Keele. Mas foram os Estados Unidos, em 1970, a primeira nação a aprovar uma lei específica para a Educação Ambiental. (SOUZA, 2014).

Romário Souza (2014) menciona que em 1972, em Estocolmo, se realizou a Primeira Declaração da ONU sobre Ambiente Humano, que deu relevância estratégica tanto para o conceito de Meio Ambiente, quanto para o da Educação Ambiental, pautando a conferência como grande responsável por introduzir a noção de “educação ambiental” na agenda global.

Em 1976 ocorreu a Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru, que diz que a educação ambiental é:

“[...] ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação”. (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2018).

Houve também em 1977 a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia. A educação ambiental foi definida como uma “dimensão dada ao conteúdo e à prática de educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”. E que se aplica a todas as

idades, na educação formal e na informal, em um mundo em constante transformação, deve ser constituir de uma educação permanente (SOUZA, 2014).

Destaca-se ainda que na conferência de Tbilisi foi discutido que deveriam ser incluídos por completo o meio ambiente, os aspectos criados pelo ser humano e os naturais na agenda da Educação Ambiental. Olhando também do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, analisando as consequências, desenvolvendo o lado crítico das pessoas e quais habilidades usariam para solucionar os problemas, quais métodos e estratégias mais adequadas para se adquirir conhecimentos e comunicação, levando em conta as experiências pessoais e colocando em destaque as atividades práticas que se decorre da Educação Ambiental (DIAS, 1994).

Para Genebaldo Dias (1994), foi definida uma dimensão para a educação, para orientar as soluções dos problemas que acontecem no meio ambiente usando os enfoques interdisciplinares e de uma ativa participação individual e coletiva. Essa definição é adotada no Brasil e pela maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas-ONU.

Apesar dos diversos conceitos e definições utilizadas ao longo dos anos, e em diversos locais os autores dialogam quando concordam que a Educação Ambiental foi criada com o intuito de tentar resolver ou minimizar os danos causados ao meio ambiente. Levando em consideração a realidade da situação global do meio e de como isso afeta as gerações presentes e as gerações futuras, ao analisar como estão os recursos naturais, ou até mesmo a escassez dos mesmos.

Analisando que alguns dos problemas do meio ambiente são causados pelos humanos, Genebaldo Dias (1994) e Romário Souza (2014) tem total coerência quando dizem que para solucionar esses problemas tem que haver um enfoque multidisciplinar, uma participação ativa e um pensamento individual e coletivo. Pois se pensarmos em como cada indivíduo pensa e age diferente um do outro e como esses pensamentos em coletivo podem sim resolver os problemas que cercam o convívio do ser humano com o meio ambiente, a Educação Ambiental teria uma eficácia muito maior.

No Brasil, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992. Naquela ocasião, foi recomendado que a Educação Ambiental deveria orientar a educação para um desenvolvimento mais sustentável e de forma que os objetivos sociais pudessem compatibilizar com as necessidades básicas dos seres humanos. Dessa maneira, levando em conta os objetivos ambientais que preservam as vitalidade e a diversidade do planeta, garantindo assim aos cidadãos um ambiente mais ecologicamente saudável, aumentando a conscientização popular, considerando o analfabetismo ambiental e promovendo um treinamento nessa área (PELICIONI, 1998).

Assim como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), houve no Brasil a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental formulada durante a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA), realizada em 1997. Segundo Romário Souza (2014), essa Conferência veio resgatando uma sabedoria desde Tbilisi. Sendo resultado de uma construção coletiva, que reafirma a Educação Ambiental para um espaço de criação da ecocidadania: um espaço onde se é capaz de refletir sobre as práticas da Educação Ambiental no Brasil, levando em conta as tendências e identificando as estratégias que podem ser usadas no futuro.

Analisando o cenário brasileiro, vemos que em 1999 foi sancionada a Lei nº 9795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, que desde aquela época, já adotava, o seguinte conceito:

"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." (BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental, 1999).

Assim como nas definições usadas nas conferências internacionais, no Brasil a Educação Ambiental coloca em discussão as questões ambientais junto com os conhecimentos e suas transformações, os seus valores e atitudes que devem ser seguidos levando em consideração a realidade global do meio ambiente, constituindo a importância da inclusão desses processos no

processo educacional. Tem a função importante de atingir toda população, incluindo as novas gerações, com o propósito de formar cidadãos que se responsabilizam pela mudança atual do meio ambiente. Como a educação formal não prepara os indivíduos para essa realidade, o papel da educação ambiental é importantíssimo, um processo contínuo e permanente que abrange a todos. (GUIMARÃES, 1995).

A educação ambiental é um processo de educação que segue uma nova filosofia de vida, uma nova cultura comportamental que busca um compromisso dos seres humanos com o presente e o futuro do meio ambiente. A sua aplicação torna o processo educativo mais orientado para a formação da cidadania. Assim como diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art. 2º:

“A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.” (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012).

Tanto na Política Nacional de Educação Ambiental e nas Diretrizes entende-se que Educação Ambiental é um processo comportamental e social que busca um compromisso com o presente e o futuro do meio ambiente, conseqüentemente, potencializando uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, um desenvolvimento sustentável, possibilitando com isso um processo de aprendizado formando pessoas capacitadas e sensibilizadas para viver em um planeta sustentável, que necessariamente, precisa valorizar e respeitar a diversidade socioambiental.

Segundo Araújo (2013), para viver sustentavelmente é preciso de um sentimento de pertencimento, num diálogo com o Outro, onde o processo formativo da Educação Ambiental fará a ponte para, nos aproximarmos de outras culturas, de referências de outras ciências e formas de conhecimento, que nos façam mais respeitosos, receptivos e co-ativos, aprendendo a acolher

a diversidade de existências para então podermos ser acolhidos nestas novas relações.

6.1 Por uma visão política da Educação Ambiental: transformando os humanos e o ambiente

Marcos Reigota (2012), ao tratar de Educação Ambiental diz, como é importante não separar a educação ambiental dos limites da educação política, econômica, social e cultural, envolvendo também a natureza e o meio ambiente, e nos permitindo romper com as ideologias que podem, de alguma forma, impedir o exercício de uma livre participação, consciente e democrática.

Analisando pelo lado político da educação, percebemos o quão importante isso é para Educação Ambiental, pois os cidadãos podem desenvolver o seu lado crítico sobre o cenário atual e realista do meio ambiente de um modo global. E o Brasil, sendo um país que se propõe democrático – onde todos deveriam ter o direito de escolha, e onde cada cidadão deveria poder opinar e optar por compartilhar suas percepções sobre o meio que nos cerca – precisa promover novas resoluções dos problemas que envolvem as relações diversas e plurais entre os seres humanos e as muitas formas de natureza.

Assim como Marcos Reigota (2012), Deyseane Lima (2014) acredita em uma educação que mobiliza uma estratégia política e social, acontecendo uma transformação do mesmo, por meio de conscientização das pessoas em relação aos cuidados com o meio. Além disso, acredita nas relações afetivas e descolonizadoras entre o ser humano e a natureza.

Assumindo uma função cada vez mais transformadora, onde os indivíduos se tornam responsáveis de promover um desenvolvimento sustentável. Entendendo que a Educação Ambiental é necessária para a modificação do crescente quadro de degradação socioambiental, porém ela ainda no quadro atual não é suficiente (TAMAIIO, 2000).

No cenário atual a Educação Ambiental pode ser a base para uma mudança comportamental de cada indivíduo, com potencial de transformar, assim, comportamentos de toda uma coletividade. Irineu Tamaio (2000) nos lembra, contudo, que a Educação Ambiental sozinha não é suficiente, ela nos ensina direções que podem ser tomadas para a resolução de muitos dos nossos problemas, ela nos motiva e nos sensibiliza para uma transformação de comportamento, de política e de ação, incentivando a participação de todos.

É preciso salientar que a proteção ao meio ambiente existe juntamente com a proteção da diversidade do ser humano. Tem que se considerar a necessidade de um desenvolvimento sustentável, presando o meio ambiente, o meio social e econômico e que o direito visa a proteger a qualidade do meio ambiente, em função da qualidade de vida de todo o ecossistema.

Nesse sentido, é fundamental observar que atualmente, as Terras Indígenas e territórios tradicionais – além das Unidades de Conservação – fazem este papel de resguardo dos biomas e da sociobiodiversidade que caracterizam o Brasil. Uma diversidade sociocultural que pode, inclusive, trazer conhecimentos e soluções para a crise ambiental do planeta.

6. 2 Educação Escolar Indígena

No século XVI ao XX, a educação formal indígena no Brasil teve fundamento pela catequização e integração forçada dos indígenas na sociedade, impondo valores e a negação das suas identidades e da sua cultura que diferente das demais. Oito anos depois da Proclamação da Independência (1822), o Senado Federal permitiu através de uma resolução que os indígenas tivessem acesso à educação escolar e ao serviço militar. Mas só em 1889, na Proclamação da República e com a escrita da nossa primeira Constituição que passaram a ter o direito à instrução formal. (BURATTO, 2007).

Vale ressaltar que se fala de uma instrução formal, fornecida pelo Estado. Mas antes mesmo dessa instrução chegar aos povos indígenas eles desenvolviam suas próprias práticas pedagógicas e sempre transmitiram seus conhecimentos para as gerações seguintes. Uma educação tradicional de cada

povo, de suas culturas, suas línguas, suas religiões e seu modo de aprendizado.

As ações governamentais de 1910 a 1966 foram concentradas em uma educação indígena profissional. Foram formados nessa época intérpretes para línguas indígenas, que foram apoiados pela Comissão Rondon – um dos agrupamentos expedicionários estabelecidos pelo governo brasileiro a partir de 1890, cujo objetivo principal era reconhecer e ocupar uma parte ainda desconhecida do território brasileiro. Importante frisar, que boa parte deste território era de habitação tradicional de diversos povos indígenas. Ainda nesse período, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – primeiro órgão indigenista do Estado brasileiro – instituiu e demarcou algumas reservas indígenas. (BURATTO, 2007). Contudo, em número, variedade e tamanhos ínfimos em comparação aos territórios tradicionais e históricos de uma série de povos, deixando a demanda, ao longo de todo o Séc. XX, pela continuidade das demarcações.

Em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que passou oficialmente a ser responsável pela regularização dos direitos indígenas, o que incluía a questão territorial e o controle sobre a educação bilíngue - esta última, foi conduzida pelo Summer Institute of Linguistics – SIL, a partir de 1956. O SIL é uma organização de caráter evangelizador que em nada está relacionada às políticas de Estado, onde a permanência da mesma teve influências negativas na formação linguística. (SEKI, 1999). Esta parceria entre FUNAI e SIL, que resultou em um projeto de evangelização e integração forçada dos indígenas à sociedade nacional, que desrespeitava as suas religiões e modificava as suas línguas nativas.

Em 19 de dezembro de 1973, foi criado Estatuto do Índio, por meio da Lei Nº 6.001. Em seu art. 49 diz que: “A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvo o uso da primeira”. Foi somente com o Estatuto que o Estado brasileiro começou a garantir o direito da educação diferenciada aos povos indígenas, respeitando as suas línguas e buscando resguardar suas organizações socioculturais.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF/88), os povos indígenas no Brasil tiveram reconhecido o direito a seu modo de vida próprio, além da obrigatoriedade da demarcação de todas as suas terras por parte do Estado brasileiro. Em seu Art. 231 é definido que:

”São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CAPÍTULO VIII, 1988).

Vale lembrar que tanto no Brasil – a despeito da atual legislação – como em diversos lugares do mundo, esses povos têm tido os seus direitos sociais e humanos fundamentais desrespeitados, assim como algumas classes sociais menos favorecidas. Mas não é o que garante o art. 225 da Constituição, que diz:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CAPÍTULO VIII, 1988).

Porém sabemos que infelizmente essa realidade ainda está muito longe, não só nas aldeias indígenas, mas também comunidades tradicionais e a sociedade brasileira em geral, que vivem um enorme descaso por parte do Estado, tendo muitos dos seus direitos violados. E vale chamar atenção o quão importante é a contribuição que cada povo tem para a diversidade cultural, para uma harmonia social e ecológica.

Um marco importante do reconhecimento dos direitos indígenas ocorreu no dia 7 de junho de 1989, durante a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho com a promulgação de Declaração nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. A Declaração procurou garantir que esses povos teriam direito a escolher seus processos de desenvolvimento, suas crenças, instituições e bem-estar espiritual, sua auto identificação como indígenas visando garantir a proteção contra a violação dos

seus direitos a partir de condições de igualdade e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação.

Outro marco legal importante foi a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que foi regulada pela Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A PNEA propõe a aplicação e as formulações de uma estrutura política visam garantir progressos em termos de respeito às formas tradicionais de educação indígena. (SILVA *et al.*, 2011). Pode-se dizer que houve o reconhecimento das necessidades de ajustar os processos pedagógicos às realidades concretas de cada povo, respeitando suas línguas, costumes e tradições. Houve também o incentivo para a formação de professores indígenas, de modo que eles mesmos passaram a tomar o cargo de professor indígena de suas comunidades.

Em 1991, o Decreto presidencial Nº 26 atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a tarefa de promover a integração da educação indígena aos sistemas de educação regular. E a portaria ministerial Nº 559/91 responsabilizou o MEC destas novas funções, sendo então criados os Comitês de Educação Escolar Indígena – constituído por antropólogos, técnicos de diversos órgãos do Governo, linguistas e indígenas (ARAÚJO *et al.*, 2013). Estas equipes multidisciplinares e interétnicas ajudaram o MEC a definir a política nacional de educação escolar indígena. Posteriormente, os Comitês de Educação Escolar Indígena foram substituídos por uma Comissão Nacional de Professores Indígenas, formando assim o primeiro órgão composto por índios para assessorar a União. (BURATTO, 2007).

É preciso saber diferenciar a educação formal, da educação tradicional como forma de respeitar os direitos indígenas, desde a instauração de uma educação formal, por meio do Estado, até aquela educação que passa a reconhecer a sua autodeterminação, suas organizações socioculturais diferenciadas e específicas, e que busca dar espaço para a coexistência da educação formal com a educação tradicional. Mais ainda, permitindo que o reconhecimento da educação tradicional de cada povo ajuste, modele, reorganize a própria educação formal ofertada pelo Estado em cada aldeia. Porém é algo que ainda não está acabado, há muito a se caminhar para que este direito à diferença seja respeitado e garantido em sua integralidade.

6.3 Educação Ambiental em Terras Indígenas

A mesma coisa acontece com a Educação Ambiental entre os povos indígenas que não pode ser pautada e planejada como uma continuidade do processo colonizador. Não se pode chegar a uma aldeia com o intuito de “ensinar os indígenas a cuidar do meio ambiente” quando foi justamente a colonização e a invasão de seus territórios que ocasionaram boa parte dos impactos ambientais e da escassez de recursos que muitas comunidades enfrentam hoje, interferindo na educação tradicional dos povos e nas suas práticas tradicionais de manejo territorial e ambiental.

O intuito da Educação Ambiental Indígena é, assim, auxiliar com novas tecnologias e interações didáticas diferenciadas as estratégias e conhecimentos tradicionais dos povos na proteção e reparação do meio ambiente. Trata-se, por um lado, de possibilitar e promover uma melhor capacitação e formação dos professores e alunos indígenas, e uma integração da educação indígena diferenciada com a educação ambiental. E por outro, de aprendermos com os conhecimentos tradicionais indígenas, numa relação de troca e respeito, buscando integrar e incluir alguns aspectos da cultura de cada povo às estratégias e políticas de recuperação ambiental, tentando assim quebrar paradigmas impostos por uma educação mecanizada e tradicional, acabando com os modelos que ficam distantes da realidade que vivem. (SILVA *et al.*, 2011).

A ideia de que se devem desenvolver “atividades conscientizadoras” com as comunidades indígenas – sugerindo que tradicionalmente eles não sabem cuidar de suas próprias terras é um tanto equivocada. A questão é apoiá-los no processo de demarcação e restauração dos impactos ambientais causados pela colonização, que geram resultados que os conhecimentos tradicionais, ou seja, a que a educação tradicional não dá conta de solucionar sozinha, necessitando de parcerias e novas tecnologias que se somem às tecnologias indígenas já existentes.

A Educação formal deve reconhecer e respeitar os conhecimentos indígenas. Através da sua experiência de pesquisa bibliográfica e documental Araújo (2013) sugere que pode se aplicar tecnologias pedagógicas como:

- a) Cursos: Formar agentes que possam repassar conhecimentos sobre a importância do meio ambiente, seus ecossistemas e como fazer uma manutenção ambiental equilibrada. Como cursos de turismo, natureza e sociedade, condutores de trilha ecológica e educação ambiental.
- b) Oficinas: Atividades que visem buscar assuntos sobre impactos ambientais, reciclagem de lixo, os impactos ambientais, a importância dos recursos hídricos. Pode ser trabalhado pintura corporal, artesanato com materiais recicláveis, metodologias da educação ambiental.
- c) Projeção de vídeos: Exibição de reportagens voltadas para o tema ambiental e documentários que despertem os indígenas para os problemas relacionados a esse tema.
- d) Outras tecnologias: Todas as tecnologias podem ser usadas para integrar uma sustentabilidade social, ambiental e econômica. Como o uso palestras, folders, workshops, cursos de informática, entre outros.

Um exemplo dessas técnicas foi aplicado em Barra do Ribeiro na Comunidade Indígena Mbyá Guaraní que reside nas proximidades da BR-116. Pensando nos problemas ocasionados pelo lixo no meio ambiente e para a saúde humana o Departamento do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul juntamente com a comunidade indígena e a Equipe de Saúde Indígena da FUNASA elaboraram um Projeto de Educação Ambiental (WÜRDIG, 2005).

Com o intuito de esclarecer como se melhora a questão do lixo, aliou-se o bem-estar, buscando um novo entendimento e práticas comunitárias, além de responsabilidades na questão da saúde. Ao longo das palestras foram colocados os problemas de saúde causados pelo lixo, com uma comunidade participativa e que se mostrou interessada pelas mudanças. Para um entendimento maior de todos os envolvidos, foi importante contar com o apoio

de Agentes de Saúde Indígena, que faziam traduções da palestra para a comunidade (WÜRDIG, 2005).

Ao terminar uma das palestras houve um questionamento para saber a importância do projeto, pedindo para que levantassem a mão quem achava se coletar o lixo era importante. De acordo com Würdig (2005) todos levantaram a mão com euforia, dizendo que “sim”. Ele descreve também que, sempre após as palestras, a comunidade indígena sentia-se motivada a fazer um mutirão de coleta e limpeza do lixo. Para cada família foi distribuído sacos de lixo, ancinho, pás e um latão para depositar o lixo coletado. (WÜRDIG, 2005).

Assim como Araújo (2013), Silva *et al* (2011), acredita que a Educação Ambiental pode ser um instrumento que permite ajudar as comunidades a terem uma convivência melhor em seu meio, sendo uma educação formal e informal. Ela pode se direcionar não só aos moradores indígenas, mas também aos visitantes não indígenas da área. Pode estar relacionada com atividades curriculares ou organizar-se de maneira mais informal, com oficinas e cursos para enriquecimento e fortalecimento dos saberes culturais já existentes e possibilitando pensar novas relações com o meio ambiente.

Enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 – e nas legislações subsequentes – a educação indígena deve ter um tratamento diferente em relação ao ensino formal do sistema educacional, porém este é um desafio cheio de lacunas, que ainda precisa ser bem discutido e compreendido – tanto por parte das comunidades indígenas quanto por parte dos agentes estatais –, havendo vários entraves burocráticos que fazem com esse cumprimento da lei se retarde. (BURATTO, 2007).

É muito importante para a educação ambiental que os saberes dos povos indígenas sejam reconhecidos, e isso se deve ao fato de que os mesmos manejam os recursos naturais de maneira muito branda, aplicando estratégias do uso dos recursos da biodiversidade de uma forma que não altera os principais funcionamentos e nem colocam em risco as suas condições de reprodução. Portanto, é importante reconhecer que os povos indígenas podem ser referências para uma forma de vida mais sustentável, uma organização social que reflita em atitudes socioambientais, buscando uma transformação de

paradigmas que a Educação Ambiental vem trabalhando ao longo dos anos.
(GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016)

Inquestionavelmente, os povos indígenas têm contribuído para a preservação da cobertura florestal no Brasil, pois as maiores partes das áreas protegidas no Brasil estão dentro dos territórios indígenas, territórios tradicionais (Quilombolas, Reservas Extrativistas) e de Unidades de Conservação, justamente por esse manejo consciente que fazem com os recursos naturais e as áreas onde habitam.

Ao ver de Guimarães e Medeiros (2016) a Educação Ambiental tem muito a aprender com os saberes desses povos, estabelecendo relações para aprender com eles, buscando inverter os padrões de colonialidade que tentam impor os modelos de uma lógica ocidental a esses povos com culturas tão ricas e potentes. Ao invés de ensinar o que é correto e desejável ao ponto de vista da sociedade não indígena, devemos reconhecer nesses povos e em suas culturas, uma referência de como construir modos de estar no mundo, dentro do que a educação ambiental defende ser uma construção de sociedades sustentáveis.

A luta por reconhecimento dos povos indígenas foi longa e se entende até os dias atuais, onde buscam o respeito aos seus direitos, sua liberdade de expressar suas crenças, suas culturas, a demarcação de suas terras e ainda de que não seja roubado deles o conhecimento tradicional. A educação formal, por exemplo, que foi imposta pelo sistema, muitas vezes não respeitando os costumes de cada povo, sendo que os tem a sua educação tradicional, suas próprias práticas pedagógicas, onde seus conhecimentos são transmitidos para as gerações seguintes.

7. CAPÍTULO 2 – SANTUÁRIOS DOS PAJÉS

Segundo Brayner (2013) durante o século XIX e início do XX a região do nordeste sofreu uma grande seca, a fim de fugir da seca e atrás de trabalho várias pessoas vieram para onde seria construída a capital Brasília. Em 1950 o governo de Juscelino Kubitschek criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em resposta à seca; uma das consequências foi o aumento da migração para o Centro-Oeste, região que passa a receber cada vez nordestinos à procura de trabalho e melhores oportunidades de vida. Contudo, a história da capital federal mostra que esses candangos e pioneiros não encontraram espaço dentro da cidade.

É nesse ponto da história que se surge o Santuário dos Pajés. Além dos nordestinos que vieram trabalhar na construção da capital estavam indígenas Fulni-ô, da cidade de Águas Belas, Pernambuco. Não podendo fazer suas rezas nos acampamentos destinados à mão-de-obra construtora, encontraram um lugar no cerrado para se estabelecer e fazer suas rezas, um lugar com o qual estabeleceram uma relação sagrada. A localidade funcionava como um assentamento, um território de apoio aos indígenas que passaram a habitar a capital federal. Com o tempo, passou a agregar também outras famílias indígenas oriundas de outras etnias. A área ocupada pela comunidade indígena era então estimada em cerca de 180 hectares, época em que deram-lhe o nome de “Santuário”. (BRAYNER, 2013).

Misturados à massa de trabalhadores não indígenas e em um período em que a política de Estado era de integração e conversão dos indígenas à comunidade nacional, os Fulni-ôs que aqui chegaram foram atendidos sem nenhum direito diferenciado. Recrutavam trabalhadores na sua maior parte do nordeste para tarefas pesadas, com a promessa de terras. Enquanto os burocratas do Rio de Janeiro chegavam para aventuras e um melhor salário, e menos para uma missão patriótica. Carlos Magalhães, um arquiteto que foi contratado para desenvolver e acompanhar as obras da Catedral de Brasília, escutou dos trabalhadores do canteiro de obra que os índios se ausentavam

por algumas horas para fazer seus rituais religiosos numa área do cerrado (SILVA, 2011).

De acordo com Rafael Moreira Silva, e a etnografia feita junto à comunidade do Santuário dos Pajés intitulada “O Plano dos Brancos Brasília e a Marcha para o Setor Noroeste”, andando pelas matas de Brasília, alguns indígenas conheceram o policial florestal Clarindo que era dono de algumas terras e vacas na Asa Norte. Local ande, após o golpe militar de 64, assumiu um dos postos de vigilância do Parque Nacional de Brasília. Clarindo ofereceu então certa quantia de dinheiro aos indígenas – que estavam a circular e ocupar aquelas matas – para que eles cuidassem dos seus animais, onde era a antiga Fazenda Bananal. Nessa área específica haviam bananais de uma antiga fazenda que serviram também de alimento e de complemento à renda que recebiam; os indígenas passaram a vender cachos de banana nas margens da BR-020, ao lado do Parque Nacional – além da comercialização de artesanatos (SILVA, 2011).

A primeira família indígena do grupo que habita a TI Santuário dos Pajés que veio para o Centro-Oeste foi a família Veríssimo, composta por Pedro e Maria, pais de José Mário Verissimo – conhecido por todos como Pajé Santxiê. Além de Pedro e Maria, vieram em 1957 para trabalhar na construção da capital federal: Antônio Inácio Severo (cacique Zumba), Jaime Ribeiro e Francisco Cajueiro. Na década de 1970, uma nova leva de indígenas do nordeste, agora oriunda do povo Tuxá da Bahia, chega ao Santuário. Mudam-se Dona Maria Conceição, seus filhos Nelsinho Cavalcante, Edilene Conceição Cavalcante e Ednalva da Conceição Cavalcante. Nas décadas seguintes vieram também outros índios Fulni-ô e Guajajara, além outras mais etnias. (BRAYNER, 2013).

Brayner (2013) realizou uma entrevista com Santxiê na qual ele afirma que saiu de sua cidade por motivos de trabalho e para fugir da pobreza de sua região. Sua família, ao chegar à área do Bananal, passou a utilizá-la como moradia e como santuário para a realização dos rituais religiosos. Santxiê contou também que, posteriormente, chegou um grupo composto por índios Guajajara, que ficaram acampados na Esplanada dos Ministérios, e depois

passaram a acampar em uma área perto da Água Mineral e, logo depois, se estabeleceram no Santuário junto aos Fulni-ô e Tuxá.

Os primeiros moradores do Santuário conseguiram formar vínculos com a terra de forma duradoura e complexa, criando um território manejado tanto ambientalmente quanto culturalmente. Mesmo que não tenham logo estabelecido moradia imediata no local, os Fulni-ô fizeram a inserção de plantas da caatinga e outras que usavam para rituais, para fins medicinais, culturais, artesanais e alimentícios, fazendo assim a conservação e manejo da vegetação do local. Como Santxiê disse na ocasião daquela entrevista, eles sempre plantavam, pois sabiam que “quem vinha após” iria poder utilizar destes recursos quando passassem por ali, até mesmo para eles e seus filhos. (SILVA, 2011).

Porém, em 2009, este cenário de relativa tranquilidade no usufruto do território começou a mudar com a criação do Bairro Noroeste. Quando um conflito territorial começa a ser travado entre as imobiliárias e o Santuário dos Pajés pela manutenção de seu território, uma representação de uma comunidade tradicional contra os interesses da metropolização brasiliense.

7.1 Criação do bairro Noroeste e seus impactos no Santuário dos Pajés

Segundo Silva e Rezende (2017), o bairro noroeste situado ao fundo e em paralelo à Asa Norte de Brasília sobrepõe boa parte do território constituído pelo Santuário dos Pajés (Anexo D). Em 1972, foi registrado como Fazenda Bananal, onde hoje é o Plano Piloto de Brasília, Região Administrativa I. Ele é um plano com várias alterações de Lúcio Costa. Segundo o Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984, o bairro foi construído em uma Área Relevante de Interesse Ecológico (Arie) 17, onde foi criado um “manual verde” que indicava como seriam as construções, energia solar, reciclagem do lixo e a captação da chuva. Proposto e publicizado como um “bairro verde!”, conforme consta na propaganda do anexo C, o fez paralelo ao desmatamento da maior parte da densa vegetação nativa do local.

Ao contrário do projeto inicial que previa, segundo a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, um lugar de habitação popular, hoje o bairro tem um dos metros quadrados mais caros do Plano Piloto. O projeto inicial seria de levar às pessoas de classe mais baixas para perto do centro da cidade, para assim tentar minimizar a exclusão periférica que se alojava com o surgimento e crescimento das cidades satélites (SILVA E REZENDE, 2017). Porém, em 2008, o então governador José Roberto Arruda acena para o mercado imobiliário dizendo que “é preciso atender a demanda por moradia dos brasilienses” e logo após o presidente da ADEMI (Associação de Empreendedores do Mercado Imobiliário), Adalberto Valadão, disse: “O mercado de imóveis está há mais de uma década esperando o Noroeste. Há uma grande demanda da classe A por moradia” (SCHVARSBERG, 2009).

Apesar de, oficialmente, se justificar a criação do bairro por meio de um projeto voltado, em primeiro plano, para classe baixa, os dados de Brayner (2013) dizem ao contrário: até o ano de 2009 a Terracap teria arrecado um bilhão e 350 milhões em licitações, com a justificativa de ver todas as ofertas vendidas até 2012. Porém do começo das vendas, planos, licitações e da construção apareceram várias irregularidades, ocasionando a suspensão das obras e até mesmo multas, mas apesar disso nada foi capaz de suspender definitivamente a construção do bairro.

As principais consequências da construção do Noroeste foram: a impermeabilização do solo em zonas de recarga hídrica e a derrubada de árvores que eram consideradas como patrimônio natural, eliminando várias evidências antropológicas, históricas e etnoambientais da ocupação indígena naquele local. (TOSTA e BOËLS, 2014). Além de que, em 2009, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e ONGs ambientalistas do Distrito federal efetuaram denúncias sobre o impacto da construção de centenas de edifícios residenciais, comerciais e trechos viários sobre o cerrado, multando a empresa Basevi em 250 mil reais. Além do assoreamento do Lago Paranoá, a perfuração de uma tubulação que liga o Setor Militar Urbano (SMU) e a estação de tratamento da L4 Norte, o que ocasionou uma piscina de esgoto na área. (BRAYNER, 2013).

Assim como a obra não foi paralisada pelos impactos ambientais negativos no cerrado, a luta dos indígenas para se manter no local, inclusive para que se preservasse a fauna e a flora, foi ignorada e a construção seguiu em frente, passando por cima dos cuidados ambientais que deveriam ter sido tomados para não promover o desequilíbrio ambiental. Mesmo com todas as multas destinadas às construtoras, com obras ora embargadas ora não, o bairro conseguiu ser construído violando toda uma história cultural dos indígenas que viviam há tantos anos ali.

Em relação ao bairro ter sido sugerido por Lúcio Costa e pelo Plano Diretor de Brasília para as classes populares, avalia-se que também caberia e coabitaria perfeitamente um território para os indígenas que ali residem há mais de cinco décadas. A historiografia mostra que Lúcio Costa deixou um documento registrado no qual escreveu sobre Brasília, onde falava sobre a inclusão de pessoas de baixa renda nos projetos de Brasília, mas não pensou em destinar espaços específicos na cidade para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e outros povos da vasta cultura brasileira, pelo contrário, foram denominados como bandeirantes e candangos (Silva, 2011).

Apesar destas pressões territoriais, a delimitação territorial inicial do Santuário dos Pajés – garantido a TI com 180 hectares – perdurou até o ano de 2008, quando a Terracap começou o processo de venda de lotes na região. Em 2009, os indígenas perderam a maior parte do território para as imobiliárias e assim começou o processo de derrubada das árvores para as construções. Ao longo do tempo as obras começaram a ocupar o lugar do cerrado, conforme anexo A, as empresas de construção, nem sempre dentro das leis, começaram a utilizar de táticas agressivas contra os indígenas e a aquelas que apoiavam a causa indígena, sofreram incêndios e violências psicológicas, junto com a falta de apoio da polícia. (SILVA E REZENDE, 2017).

As construtoras destruíram a maior parte do cerrado nativo que então compunha a delimitação da TI Santuário dos Pajés e as suas nascentes, com a presença da polícia apoiando as construtoras e reprimindo com violência a resistência indígena. A situação entre os moradores não-indígenas do Noroeste e a comunidade indígena que ali residia, juntamente com a Terracap e a polícia ficou cada vez mais tensa. A comunidade do Santuário dos Pajés reivindicava

cerca de 50 hectares, entretanto empresas que compraram lotes do Estado ignoraram a presença dos índios. Indígenas, estudantes e integrantes de movimento sociais em resposta a esse ataque acorrentaram máquinas de obra para tentar evitar o avanço do desmatamento e das obras sobre os limites da Terra Indígena (SILVA E REZENDE, 2017).

Em 2011, exatamente no dia 12 de outubro, a empresa de segurança Snake vigiava a cerca erguida pela construtora Emplavi fechando o único acesso motorizado à TI Santuário dos Pajés. A comunidade indígena com apoio de ambientalistas, indigenistas e estudantes inicia um ato de derrubada das cercas levantadas pela empreiteira Brasal, que simplesmente passou a impedir a comunidade indígena de acessar o restante de seu território tradicional (Anexo E). Na ocasião, o pajé Santxiê convocou a sociedade civil a se mobilizar em favor da TI Santuário dos Pajés. Mesmo com tanta repressão policial e midiática, surgiu o movimento “O Santuário Não Se Move”, onde criaram até uma logo (anexo B), que rotineiramente somou civis à comunidade indígena e passaram a encarar tratores, policiais, capangas e governantes para lutar e garantir seus direitos. (TOSTA e BOËLS, 2014).

Em dezembro de 2013, a Justiça Federal do Distrito Federal publicou a sentença judicial reconhecendo os direitos territoriais da comunidade Tapuya-Fulni-Ô do Santuário dos Pajés sobre parte da área ocupada da antiga Fazenda Bananal. Com base em diversos laudos, como o de 2011 no anexo F e pareceres técnicos da FUNAI, inspeções judiciais e demais provas, reconheceu-se que se trata de terra tradicionalmente ocupada nos moldes do Artigo 231 da Constituição Federal.

Em junho de 2014, a liderança Santxiê faleceu decorrente de problemas cardíacos. Na ocasião a Funai emitiu uma Nota de Pesar na qual lamenta a morte e lembra que Santxiê Tapuya “chegou em Brasília em 1970, aos 13 anos de idade, acompanhado de sua família e lutou em defesa dos direitos indígenas, destacando-se pela resistência no Santuário dos Pajés, no Distrito Federal.” (FUNAI, 2014).

Apesar de toda resistência, de tanta luta o bairro foi construído, com seus prédios grandes e cheios de luxo. Apenas uma pequena parcela do

território tradicional foi demarcada, deixando seus moradores cercados em meio aos blocos de concreto, e sua cultura oprimida em meio à elite brasiliense e sua ignorância e desinteresse pela questão indígena e ambiental. Com cada árvore que ali foi cortada uma história de centenas de anos foi levada junto. E o que restou foi aprender a conviver com os novos moradores nos seus apartamentos de luxo, que gritam rotineiramente da janela para que os indígenas abandonem o seu lar. Porém permanecem lá lutando pelo seu espaço sagrado: “O Santuário não se move!”.

E para o sonho de Santxiê de conquistar a demarcação da terra não morrer com ele, sua esposa e os moradores do Santuário continuaram a lutar por essa conquista. E em 2018, após 13 anos de lutas um acordo foi assinado entre a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) e a comunidade indígena do Santuário dos Pajés, reconheceu que 32 hectares são de uso exclusivo e permanente da comunidade indígena.

32 hectares foi à área que vai ser demarcada no ano de 2019, após 13 anos de luta e com um processo parado todo esse tempo no Ministério da Justiça e uma linda fala da liderança Márcia Guajajara: “*Não é o tamanho da área, é a força do Santuário de resistir*”.

7.2 Convivência Interétnica entre comunidade indígena e não-indígenas

O Santuário dos Pajés representa algo além da moradia e subsistência, representa um lugar com uma presença maior de fauna e flora, além de algo sagrado, isto é uma ligação espiritual/religiosa dos indígenas com o território. Já o Noroeste representa um lugar com uma natureza artificial, podemos dizer que existem duas dinâmicas num só lugar, levando em conta suas devidas particularidades. (SILVA E REZENDE, 2017).

O território, além de ser uma parte importante material importante, é também imaterial: o espaço da religiosidade, é para eles o lugar sagrado, um lugar secreto, aberta para celebrações, encontros e reuniões que os apoiadores juntamente com índios organizavam. (BRAYNER, 2013). Hoje está lá como um símbolo do Santuário dos Pajés, além de guardar lembranças do

Santxiê, da sua luta pelo espaço e pelo acolhimento que dava aos seus parentes naquele lugar.

Segundo Vinícius Januzzi (2016) quase todos os moradores adultos do bairro Noroeste são funcionários públicos ou foram funcionários públicos em algum momento da vida. Alegam a mudança para o Noroeste por motivos de posição e localização privilegiadas, onde podem se locomover para seus trabalhos e lugar de lazer em poucos minutos de carro. Para ter uma vida tranquila e sossegada, com apartamentos grandes e vista arejada.

O meu questionamento enquanto estudante de Gestão Ambiental e como cidadã é: “é justo pessoas viverem em seus apartamentos luxuosos e bonitos, a custa do sofrimento de outras pessoas?”. Em uma entrevista em 2016 com um casal morador do bairro Noroeste, Januzzi (2016) traz o relato de como o casal repudiou a forma como o GDF e as construtoras conduziram os conflitos gerados no início da construção do bairro: disseram que se os indígenas já estavam lá deviam permanecer no local que de origem eram deles, alegando que com diálogo tudo se resolve.

Porém, não é isso que os relatos dos indígenas Márcia Guajajara e Fetcha nos contam. Na primeira visita que fiz ao Santuário com a Turma de Educação Ambiental fornecida pela UnB Cerrado, os moradores não indígenas do Noroeste ficaram gritando do alto dos prédios para que eles saíssem de lá, falando ofensas. Nos dias em que foram realizados alguns rituais, gritaram novamente das sacadas dizendo que “o barulho” estava incomodando, mandando-os “calar a boca” e até imitando pejorativamente os sons emitidos ao longo do ritual.

Pude observar que Márcia Guajajara mostrou no tom de voz e no seu olhar o quanto se sente desapontada com a postura dos moradores do bairro “nobre”. Já eles, indígenas, moradores de décadas da área, tiveram que mesmo com tanta luta ver o seu lugar sagrado ser trocado por um monte de concreto e gente insensível aos direitos das outras pessoas. Essa foi a frase usada por ela: “*Pra mim, esse povo aí do Noroeste nem existe*”. Mesmo morando do lado no Noroeste se diz não incluída não bairro, declara não ter sentimento de pertencimento ao local. Pra ela, o entorno do seu território é a

cidade satélite de Ceilândia – a cerca de 30 Km dali – onde tem mais contato com a população, é convidada a prestar palestras nas escolas e de onde sempre recebem crianças das escolas públicas para uma vivência no Santuário.

“Preconceito” foi à palavra que ouvi de sua boca com tristeza ao ser perguntada sobre a sua relação com os moradores do Noroeste. Ela relatou um episódio onde levou sua filha caçula à quadra de esportes que tem dentro do Noroeste e, ao ser perguntada por uma das moradoras do bairro onde ela residia, ela disse que morava na Terra Indígena Santuário dos Pajés. A moradora então mudou totalmente a sua postura na forma de falar e olhar.

E ao ser perguntada sobre o episódio de 2011, me contou que o quanto foi difícil, mas que também foi a partir daquele dia que se mobilizaram para fazer o cercamento do Santuário para que as máquinas não avançassem mais. Porém em 2017, os fundos do Santuário foram invadidos por máquinas, porém no mesmo instante o advogado que trabalha pelas causas do Santuário foi acionado e as derrubadas foram suspensas.

Diz que era comum as ameaças psicológicas e que se sente amedrontada, já receberam inúmeros telefonemas ameaçando-a e seus filhos, não indígenas chegaram a entrar no Santuário armados para amedrontar e coagir, mas até hoje não sabem quem foi e a mando de quem. São obrigados a escutar chacotas e ofensas.

Márcia acredita que atualmente residem 120 famílias no Santuário de diferentes etnias: Guajajara, Fulni-ô, Bororo e Uapixana, diz que é difícil ter um número exato, pois alguns vêm para Brasília, passam alguns meses e depois voltam para sua terra de origem. Mas a maioria veio por condições de vida melhor e por uma qualidade melhor de ensino. E as maiorias dessas pessoas infelizmente vão ter que sair do Santuário quando a demarcação acontecer, pois negociaram “em baixo dos panos” com o GDF e as construtoras. E que vai ficar na área em torno de 10 famílias, com regras que foram deixadas por Santxiê desde que chegou na área onde hoje é o Santuário, regras como não beber, não fazer festa e não trazer vícios para dentro da comunidade, porque segundo ela: “*O Santuário não é favela de índio*”. E que existe um documento

deixado pelo pajé onde atesta o nome das pessoas que realmente fazem parte do Santuário.

7.3 Um pouco mais sobre as Experiências de campo

Na primeira visita ao Santuário fomos recebidos pelo primogênito de Santiê, Fetchawewê com seus 20 anos e que hoje desempenha um papel muito grande como uma liderança jovem, juntamente com sua mãe Márcia Guajajara. Segundo Fetcha “*O Santuário não é só um espaço, o templo: é tudo. Todo o Cerrado, todo o ecossistema*”. Eu digo “fomos” porque tive o prazer de acompanhar a atividade de saída de campo desenvolvida pela Professora da UnB Nina Paula Ferreira Laranjeira, na disciplina Fundamentos da Educação Ambiental, que aconteceu no dia 16 de setembro de 2018, quando foi feita uma vivência com os alunos da disciplina. Naquele dia Fetchawewê contou um pouco da história de seu pai, de como lutou pela demarcação da terra e sobre todos os conflitos que sofreram e ainda sofrem na luta pela preservação e proteção do Santuário.

Nesta visita tive a oportunidade de conhecer a construção de um espaço sagrado, onde para entrar tivemos que tirar os sapatos, pois Fetchawewê nos disse que podem ser levadas diferentes energias dos lugares que pisamos. Como uma casa de reza no local para celebrarem seus ritos, possui alguns objetos dos ancestrais e parentes que conseguiram guardar do antigo cemitério que havia na área do Santuário – hoje, soterrado pelo Noroeste. Uma bioconstrução de adobe que segundo ele, Santxiê pediu para que a construção não tivesse cobertura para quando olhassem para o céu em seus rituais conseguissem enxergar o céu e as estrelas (Anexo H).

Segundo Brayner (2013), Santxiê acreditava na importância da pedagogia que os encontros tinham como uma forma das pessoas entenderem, respeitarem e reconhecerem as demandas dos povos indígenas. E não só o Santuário dos Pajés, mas para toda a população, em uma perspectiva ampla das questões indígenas.

Não tive o prazer de conhecer Santxiê, mas todas as bibliografias que li ao longo da minha pesquisa e os relatos das pessoas que conviveram com ele são sempre falas cheias de amor e admiração, do quanto era um homem forte e o que representa não só para os indígenas do Santuário, mas para todos os indígenas que lutam pela demarcação e permanência em seus territórios.

Márcia Guajajara chegou a Brasília aos 22 anos. Conta que conheceu Santxiê no Maranhão quando ele ia às aldeias abrir postos indígenas. Em 1996 se mudou para Santuário onde teve seus três filhos, lembra que só existiam duas casas feitas de taboa. Somente após o nascimento dos filhos Fetchawewe e Santxiê Junior que começaram a construir as casas de tijolos, com ajuda de apoiadores que se sensibilizaram com a luta do Santuário para a construção das casas. Hoje o Santuário conta com casas feitas de superadobe e algumas de tijolos.

Quando Márcia chegou tudo era Cerrado, tinha muita árvore. Faziam plantação de mandioca, produziam farinha de mandioca para consumo próprio. Faziam plantação de milho: milho roxo, amarelo, milho preto que a semente veio do Chile. Faziam o Toré do milho, um ritual onde faziam variedades de comidas todas feitas de milho, como: pamonha, milho cozido, milho assado, cural, etc (Anexo G).

Santxiê tinha que caminhar do Santuário e ir até a 915 norte para ir ao mercado ou quando precisava resolver alguma coisa. Um ponto positivo que Márcia menciona na sua fala é que depois da construção do Noroeste isso mudou. Devido à presença não indígena, atualmente há um ponto de ônibus praticamente na porta de casa, a mobilidade ficou muito mais fácil. Ela avalia assim que teve um ponto positivo na construção do bairro: a melhora da locomoção, pois táxi e nem Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) chegavam até o Santuário, tanto pela lama, quanto pela dificuldade de achar o local. À observação de Márcia acrescento um relato pessoal: tive dificuldades de chegar ao Noroeste no domingo, pois não tem ônibus que circula no bairro nesse dia. E o meu questionamento foi: “Será porque as pessoas que trabalham no bairro, não trabalham no domingo e seus patrões todos tem carro?”.

Devido à construção do bairro Noroeste muitas árvores nativas do Cerrado, animais e árvores frutíferas foram perdidos. Márcia contou que antes tudo era mata fechada, onde eles tinham ampla variedades de frutas e verduras, onde não precisavam ir ao supermercado para se alimentar, pois tudo era plantado e criado no Santuário. A única coisa que compravam do mercado era a carne de gado, mas o resto tudo era colhido do Cerrado. Márcia relata: *“Pegávamos uma bacia e catava as frutas. Tinha caju, pitomba, cagaita e nana”*. “Nana” foi o nome dado por Márcia a fruta Abacaxi.

Quatro nascentes era a quantidade que existia dentro do Santuário segundo o relato de Márcia, além de uma cachoeira. Era destas fontes de água de onde retiravam água pra beber, fazer as tarefas diárias e para cuidar do plantio. Conta que Santxiê ia até as nascentes toda semana e abastecia tambores de água para suprir a necessidade de sua família. Porém, antes mesmo da construção do Noroeste, com o início da escavação para colocar a tubulação para o esgoto do “bairro verde” as nascentes secaram. Tem exatamente 17 anos que Márcia e os moradores do Santuário tiveram água encanada e esgoto.

Em relação ao atendimento à saúde o Hospital Universitário de Brasília (HUB) é o apoiador oficial dos indígenas, tanto do Santuário quanto dos indígenas que são de fora de Brasília. Existe um laboratório indígena dentro do hospital para dar o suporte à comunidade indígena e na quadra 915 da Asa Norte existe um posto de saúde que presta suporte ao Santuário; segundo a comunidade indígena, eles só precisam comunicar ao diretor do posto e ele marca a consulta. Relatam assim, que tudo é mais fácil agora, contam que toda as quartas-feiras às 16:00h, um clínico geral atende os indígenas no HUB, e que ocorreram três mutirões no Santuário voltados ao exame de Papa Nicolau para as mulheres, medição de pressão, glicose, etc. Além cederem um transporte para levar as crianças até o hospital para um mutirão odontológico, colocaram Dispositivos Intrauterinos (DIU) nas mulheres e criaram uma ala específica no hospital para indígenas com câncer.

Contudo, Márcia me contou que um sério problema vem preocupando os indígenas: a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) repassava uma verba todo ano para o HUB dar continuidade a esse acompanhamento aos

indígenas, porém essa verba não incluía aos indígenas urbanos – o que seria o caso da comunidade do Santuário por morarem no centro de Brasília. Ainda assim, a diretora da ala Dr. Elsa continuou a prestar atendimento aos indígenas urbanos. Porém, a verba parou de ser repassada ao HUB em meados de junho de 2018 e o serviço está previsto para ser suspenso até o final de dezembro de 2018. Há também uma outra questão: alguns indígenas passam por dificuldades no atendimento médico e ambulatorial por não terem em sua documentação nome e, principalmente, sobrenome indígena o que os impede de comprovar sua descendência e a necessidade de atendimento especial.

A comunidade conta que Santxiê sempre lutou por uma qualidade melhor para sua família e parentes (nome de tratamento entre os indígenas, independente de parentesco de sangue e etnia), mas somente em 2014 que a energia elétrica chegou ao Santuário. Em uma de suas falas, Márcia relata que eles conservavam a carne com sal, compravam a carne no almoço e colocavam sal para conservar até a noite, mas nunca de um dia para outro.

Essa rotina alimentar mudou também com a derrubada de árvores nativas e frutíferas em 2009, e a restrição de dieta alimentar que se impôs à comunidade. Márcia observa que eles passaram então a aumentar o consumo de produtos industrializados. Perderam espaço para fazer a criação de galinhas e para plantar os suprimentos para manter a comunidade sem a necessidade de recorrer ao mercado. Agora as únicas coisas que consegue plantar e em uma quantidade muito pequena é maracujá, mamão, banana, abacate e mandioca. Para suprir um pouco essa falta, preferem consumir alimentos orgânicos, mesmo o preço sendo um pouco elevado, fazendo a feira uma vez por mês.

Reclama que após esta mudança dos hábitos alimentares sentiu que a saúde das crianças ficou mais fragilizada e que elas adoecem com mais facilidade. Sentem dores de cabeça e dor de estômago e a sua filha mais nova “*começou a ficar muito mais nervosa e ansiosa*”. Relata que quando come em restaurantes sente sua barriga inchada e chega a passar quase três dias com indigestão; então evita comer carne, arroz e feijão quando se alimenta nesses ambientes e dá preferência para legumes e hortaliças, além da diferença do

sabor dos produtos adquiridos no mercado, que é totalmente diferente do produzido por eles mesmos.

Com o aumento de consumos industrializados a produção de resíduos sólidos aumentou, com um fator agravante, pois os resíduos produzidos no Santuário não contam com a coleta feita pela empresa Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU). Foi feito o pedido formal, em documento, pedindo três contêineres, mas alegaram que como o processo de demarcação da terra ainda não está concluído, eles não podem fornecer o serviço ao Santuário.

O que colocou-se como problema fomentou uma organização e articulação da comunidade, que passou ela mesma a administrar o seu lixo. O lixo orgânico é colocado em um latão grande e depois o usam como adubo para a horta e algumas árvores que são plantadas na Terra Indígena. Já o resíduo seco, papelão, metais e diferentes tipos de plástico são queimados. O Sr. Olavo – o único morador do Santuário que possui automóvel – é o encarregado de levar o lixo até os contêineres do bairro Noroeste, para que então possam ser levados pelo SLU.

7.4 Educação Ambiental no Santuário dos Pajés e o eixo 7 da PNGATI

“O que é educação ambiental para vocês?” Essa foi a pergunta que fiz para Márcia, Romário, Francisco e para todos moradores do Santuário. E a resposta geral foi “*Cuidar do meio ambiente, cuidar dos bichos, não jogar lixo no chão*”.

Márcia Guajajara disse: “*É pegar as minhas 100 mudinhas e plantar no Cerrado*”. E observei que fazem isso a rigor, apesar de não terem coleta do lixo o local onde residem é extremamente limpo, sem lixos acumulados ou jogados pelo chão. Ela reclamou da falta de coleta, mas considera que faz o que pode: com o lixo orgânico faz adubo em uma composteira e o lixo seco queima, leva pras caçambas do Noroeste ou chama uma amiga que é catadora e doa os lixos secos para ela.

Contam que a palavra Educação Ambiental só foi tomada como conceito depois que chegaram ao Santuário, mas que as atitudes de conservação e preservação vêm de berço, que os pais sempre ensinaram a amar a natureza, não maltratar os animais e sempre cuidar do para que esses valores não sejam perdidos. Por isso o Santuário tem um lindo trabalho de receber alunos universidades e crianças de escolar públicas, além da comunidade em geral onde é transmitido através de uma vivência todos os valores que aprenderam em suas aldeias de origem, conforme imagens no anexo G que traz vários convites a comunidade de eventos promovidos para divulgar o conhecimento ambiental e a cultura dentro do Santuário dos pajés.

“Fazemos isso sem nenhum incentivo do governo, tudo por conta própria.” Tudo por amor a sua cultura e por amar a natureza, mas que na maioria das vezes não consegue sentir isso nas crianças que recebe, sente falta de uma educação sobre o meio ambiente nas escolas em geral, que falta um pouco de colaboração da família em ensinar as crianças essas princípios de preservação do meio ambiente, onde isso deve ser feito sempre, tanto na escola como em casa, do papel fundamental dos pais na educação ambiental.

Questionei sobre a importância dessa atividade que considero como uma atividade de Educação Ambiental para o Santuário e para as crianças, dizem se sentir felizes em poder contribuir com o aprendizado de todos que passam por ali, não só das crianças, mas dos pesquisadores e estudantes de universidades em geral que os visitam. Lembra que o Santuário não ganha nada em troca, que não quer nada dos não indígenas, para eles a gratificação de poder receber as pessoas e mostrar a sua cultura, de passar o aprendizado, nenhuma quantia paga.

Ela relatou uma situação vivenciada por um estudante de São Paulo que passou oito meses morando na casa de Márcia. Ao chegar, ofereceu a ela seis mil reais pelos meses que iria residir ali, porém o dinheiro foi recusado, disse que se ele queria ficar em sua casa, ia viver como ele e se precisassem de ajuda financeira ela pediria. *“O homem quando saiu daqui era outra pessoa, menina! Sem frescura, sem bobagem”*. E pra ela é muito frutificante ver a mudança de estilo de vida das pessoas, o quanto elas refletem sobre como estão levando a vida e mais ainda o quanto é errônea a imagem que têm sobre

muitos indígenas. Mas fala também das tentativas frustradas de algumas pessoas que tentaram passar algum tempo no Santuário e não conseguiram se desvincular dos bens materiais.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi criada juntamente por centenas de representantes indígenas com o intuito de dar suporte e reconhecer e aprimorar a gestão ambiental e territorial, que já é efetiva em seus territórios. A política pública abre espaço e oportunidades para que os indígenas e o Estado consigam ter um diálogo em torno de um objetivo comum e aliar as forças para enfrentar as diversas dificuldades e desafios que as comunidades passam nos dias atuais.

O Eixo 7 da PNGATI tem como objetivo promover a promoção de atividades de educação ambiental para o entorno das terras indígenas, para sensibilizar as outras populações sobre a importância da proteção, conservação e recuperação das condições ambientais que são necessárias para manutenção da integridade das terras indígenas e qualidade de vida dos povos indígenas, além da capacitação de agentes representantes dos povos indígenas e de servidores públicos em diferentes cargos de governo. (BAVARESCO, 2014).

Apesar do Santuário dos Pajés não ter ainda desenvolvido um Plano de Gestão Territorial e Ambiental para trabalhar dentro das aldeias – e refletirem sobre suas perspectivas de como querem o cerrado e pensarem ações para uma gestão ambiental e territorial visando sustentabilidade, conservação do meio ambiente e valorização sociocultural – observo que a comunidade faz isso mesmo sem ter um plano de gestão elaborado, fazendo o que os antepassados já faziam. Como mencionado acima, Márcia Guajajara afirma que a educação ambiental, ou seja, a ação de criar um ambiente sustentável e conservado ela aprendeu em sua aldeia no Maranhão e trouxe com ela, passando para os seus filhos e para a todos que tiverem o interesse de aprender tal conhecimento.

A PNGATI como já mencionado trabalha com capacitação de agentes indígenas para que reelaborem esses conhecimentos apreendidos e pensem em coletivamente estratégias de futuro, contribuindo, assim, com a divulgação

e conscientização da cultura e conservação dos povos indígenas e suas terras. O que Márcia e os demais moradores fazem é exatamente isso, buscam levar às demais pessoas (não indígenas) um pouco de sua cultura, além da forma como cuidam e amam o Cerrado. Avalio o quanto seria enriquecedor para o Santuário dos Pajés se conseguissem a criação do seu próprio PGTA, poderiam colocar em prática todas as ações que já vem sendo feita ao longo de todos esses anos.

Neste intuito, as demandas de Educação Ambiental no Santuário dos Pajés são:

- A parceria de colaboradores e governo para a reconstrução do malocão que pegou fogo, para que possam voltar a fazer seus rituais no local apropriado, para a conservação de sua cultura e para uma maior aproximação da natureza, vendo o ser humano como parte dela;
- A reconstrução do SAF (Sistema agroflorestal), que é um sistema de plantio de alimentos que é sustentável e ainda faz a recuperação da flora do local;
- A conquista da coleta dos resíduos através de contêineres ou lixeiras apropriadas para uma separação adequada dos resíduos e a coleta feita por Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, pois evitariam queimar os resíduos, contribuindo para uma melhor conservação do meio ambiente, ou até uma parceria com catadores que possam fazer a coleta dos resíduos secos;
- A criação de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para uma ser usado como um instrumento de diálogo de diferentes culturas e um planejamento para a gestão do seu território. Por que, segundo Bavaresco (2014), os PGTA's concedem o fortalecimento da tomada de decisão dos indígenas, valorizando o conhecimento dos povos sobre o território e para a transmissão do conhecimento entre as gerações;
- Uma parceria das escolas do DF com o Santuário para que os estudantes pudessem desenvolver um olhar crítico sobre a importância da conservação do meio ambiente e da igualdade social entre esses

povos e os brancos. E promover mudanças nas atitudes e comportamento atual da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que nós, não indígenas, consigamos ver os indígenas além de sua aparência física e dos preconceitos que nos ensinaram, sem colocar estereótipos. É preciso que haja respeito à diversidade, assim como há com qualquer outro cidadão, que têm direitos e obrigações, assim como prevê a Constituição Federal.

No caso dos povos indígenas é evidente que esse respeito decorre do direito à terra como território de ocupação tradicional, para uma construção de identidade sociocultural e da história de cada povo. Assim como os Fulni-ôs que chegaram para a construção e acabaram construindo um lugar para si, para suas rezas, um santuário onde até hoje residem e construíram uma história de luta e conquistas.

Se manteve ao longo do tempo pela parceria de parentes e aliados, além de sua guerra e força. Manejaram a vegetação já existente, incrementaram com algumas outras plantas que utilizavam para comer e como uso medicinal. Até o crescimento urbano do local os achasse, mesmo sabendo da existência de índios no local planejaram e concluíram a construção de um bairro que até então era para ser uma “ecovila”, mas que no final se tornou um bairro com preços exorbitantes, com várias consequências no meio ambiente. Mas não imaginavam que apesar de ignorarem a existência dos indígenas no local, eles resistiram e insistiram em permanecer no seu território por direito, além de conseguirem estabelecer uma grande rede de apoio com aqueles que se mobilizaram pela causa do Santuário dos Pajés em permanecer e pela demarcação da terra que só foi conseguida em 2018.

Com os relatos, pude concluir que a relação de amor entre o Santuário dos Pajés e o meio onde vivem, o quanto lutaram e ainda lutam para que isso não se perca ao longo do tempo. Por isso trabalham a Educação Ambiental dentro de seu território, mesmo com tantas dificuldades enfrentadas, conseguem ter forças para disseminar os seus conhecimentos, uma educação ambiental que interage com os conhecimentos tradicionais, objetivando um etnodesenvolvimento e um local auto-gestionado e sustentável.

Esta pesquisa, que parte de uma pergunta, não teve como objetivo chegar a uma conclusão definitiva, mas sim, iniciar uma investigação que procura de alguma forma contribuir com a comunidade do Santuário dos Pajés ao apresentar possibilidades junto ao povo para uma conservação e preservação dos seus recursos naturais e de sua cultura.

Finalmente, conclui-se que a Educação Ambiental é fundamental para uma postura crítica em relação a como tratamos o meio ambiente e aqueles que vivem nele. Seria importante que todos tivessem a oportunidade de conhecer tais informações e que tomasse isso pra si para, a partir daí, ter uma visão mais ampla das questões ambientais.

Quanto o eixo 7 da PNGATI é importante para a população indígena mostrando a realidade vivenciada em seu território aos demais, de como proteger, conversar e recuperar as condições do meio ambiente que são necessárias para uma maior integridade de suas terras indígenas e uma maior qualidade de vida dos indígenas. Além de promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. X. S. et al. **Educação ambiental nas sociedades indígenas brasileiras: uma breve análise**. Programa de pós-graduação em direito ambiental e políticas Públicas – Universidade Federal do Amapá, 2013.

BAVARESCO, Andréia e MENEZES, Marcela. **“Ferramentas para a Gestão territorial e ambiental” em: Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BRAYNER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés – Brasília/DF**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade de Brasília, 2013.

BURATTO, Lucia Gouvêa. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Universidade Estadual de Londrina. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conceitos de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 03 de Maio de 2018

BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental (citar o número da Lei, a data da publicação, etc.), 1999.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992.

FUNAI. “Nota de Pesar pelo falecimento da liderança indígena Santxiê Tapuya.” 09 de junho de 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A9Awidbq5bEJ:www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/notas/2859-nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-lideranca-indigena-santxie-tapuya+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 24/11/2018.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

GUIMARÃES, Mauro; MEDEIROS, Heitor Q. **Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E -ISSN 1517-1256, Ed. Especial, julho/2016.

JANUZZI, Vinicius Prado. **O céu e a terra : O Setor Noroeste e seus primeiros moradores**. 2016.

LIMA, Deyseane. **Educação Ambiental Decolonial com crianças Tremembé**. 2014.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. 1998.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2º ed. ISBN: 978-85-11-00122-9. 2012.

SCHVARSBERG, Alan. **A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense :uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital**. 2009.

SEKI, Lucy. **A lingüística indígena no Brasil**. *DELTA* [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp.257-290. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300011>.

SILVA, Edson Vicente da; RABELO, Francisco Braz; RODRIGUEZ, José M. Mateo (Org.). **Educação Ambiental e Indígena: caminhos da extensão universitária na gestão de comunidades tradicionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. ISBN: 978-85-7282-430-9.

SILVA, Gabriel Alves Ferreira da e REZENDE, Beatriz Bastos. **SANTUÁRIO DOS PAJÉS: Território Indígena Frente à Especulação Imobiliária Urbana**. 2017

SILVA, Rafael Moreira Serra da. **O Plano dos Brancos Brasília e a Marcha para o Setor Noroeste**. Departamento de antropologia da universidade de Brasília curso de antropologia. 2011.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Fundamentos para uma educação ambiental aplicada nas escolas indígenas**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 114, jul 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13468> Acesso em: 25 de Abr. de 2018

SOUZA, Romário. **Educação Ambiental: Evolução e Conceitos**. Portal do gestor, 2014. Disponível em: <<http://eugestor.com/editoriais/2014/05/educacao-ambiental-evolucao-e-conceitos/>>. Acesso em: 20 de Abr 2018.

TAMAIÓ, Irineu. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza**. Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

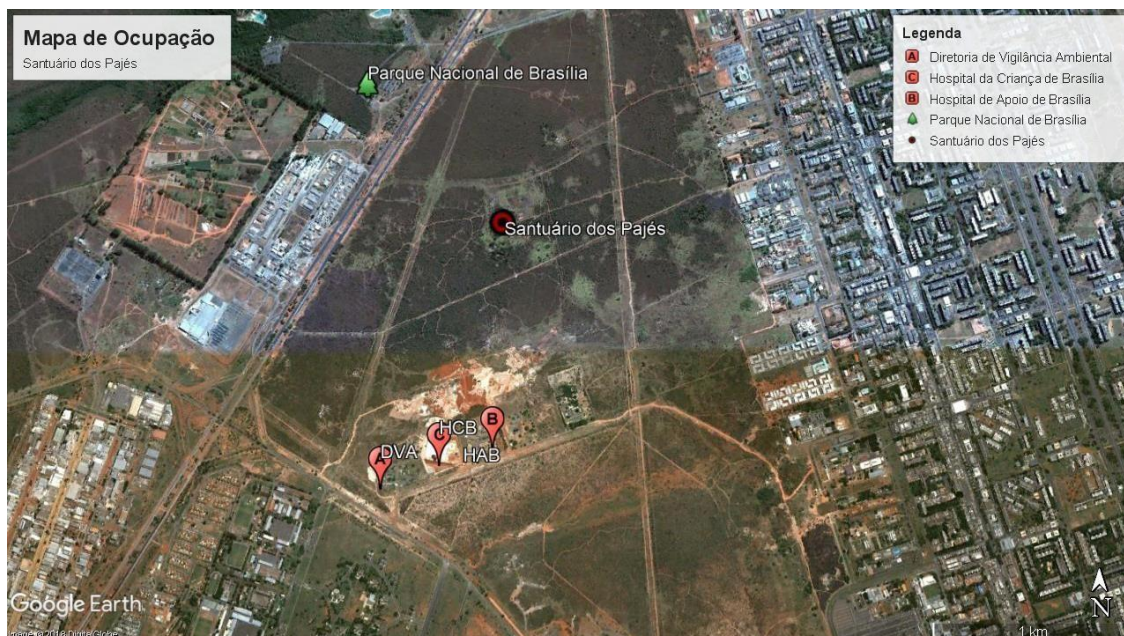
TOSTA, Lena e BOËLS, Olivier. **O Santuário Não Se Move!** 2014. In: *Etnofoco*. Disponível em: <http://etnofoco.com/o-santuario-nao-se-move#.W7OSIHtKiM9>. Acesso em: 02 de Outubro de 2018.

WÜRDIG, John Fernando de Farias. **Projeto de educação ambiental com a Comunidade Indígena Mbya Guarani**. 2005.

ANEXOS

ANEXO A- MAPAS DA ÁREA DO SANTUÁRIO E DO SETOR NOROESTE OBTIDA NO GOOGLE EARTH

2009



2010



2011



2018



**ANEXO B – LOGOTIPO DO MOVIMENTO DE APOIADORES DO
SANTUÁRIO DOS PAJÉS**



Fonte: <https://santuarionaosemove.wordpress.com/2011/10/26/rede-de-apoiadores-do-santuário-dos-pajés-resiste-as-obras/>

ANEXO C – PROPAGANDA DO SETOR NOROESTE

Licitação 10/2009 edital

TERRACAP Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

NOROESTE
DIFERENTE POR NATUREZA

*30 novas projeções
no primeiro bairro
ecológico do Brasil*

LOTE BOM
E LOTE DA TERRACAP

E mais 170 lotes em:
ÁGUAS CLARAS - BRASÍLIA - GUARÁ - CEILÂNDIA - GAMA - PLANALTINA - RECANTO DAS EMAS
RIVACHO FUNDO - SAMAMBAIA - SANTA MARIA - SOBRADINHO - TAQUARI - JARDIM BOTÂNICO - TAGUATINGA.

Se você quer adquirir algum lote da Terracap, basta solicitar à Gerência de Comercialização para incluí-lo no edital de licitação. É simples, fácil, sem intermediário e de graça.

caução até 23 setembro **proposta dia 24 setembro**

ATENÇÃO: A LICITAÇÃO COMEÇA ÀS 9 HORAS COM O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO AUDITÓRIO DA TERRACAP, ATRÁS DO PALÁCIO DO BURITI.
0800 61 2007 / (61) 3342.2333 / 3342.2305 / 3342.1825 / Fax: (61) 3342.2022 - SAM Bloco F - atrás do anexo do Palácio do Buriti - www.terracap.df.gov.br

Fonte: Brayner (2013)

ANEXO D- IMAGENS DO BAIRRO NOROESTE

Fonte: Januzzi (2016)

**ANEXO E- IMAGENS DO CONFLITO OCORRIDO EM OUTUBRO DE 2011
PELA LUTA CONTRA A CONSTRUÇÃO DO NOROESTE**



Fonte: Tosta e Boëls (2014)

ANEXO F – NOTA DA ABA SOBRE O LAUDO REALIZADO NO SANTUÁRIO DOS PAJÉS

Proteção dos direitos indígenas no Santuário dos Pajés, em Brasília-DF: Laudo entregue a FUNAI por antropólogos indicados pela ABA esclarece a questão.

19 de outubro de 2011

Diante dos acontecimentos repercutidos na sociedade brasiliense e na imprensa nacional sobre a invasão da terra indígena Bananal ou Santuário dos Pajés, localizada no Plano Piloto da Capital Federal, o que tem acarretado na destruição do cerrado e em violência física contra indígenas e seus simpatizantes, a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem a público alertar para a urgência da identificação, delimitação, demarcação e proteção da área, e prestar os seguintes esclarecimentos:

Por solicitação da FUNAI, a ABA indicou dois experientes antropólogos para a elaboração do laudo antropológico sobre a área, cujos nomes foram previamente referendados por lideranças da comunidade indígena do Santuário dos Pajés, onde vivem famílias Fulni-ô, Kariri Xocó e Tuxá, oriundas do Nordeste do país. São eles: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (coordenador) e Prof. Dr. Levi Marques Pereira (colaborador), ambos docentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sediada em Mato Grosso do Sul, onde atuam nos programas de pós-graduação em Antropologia e História, tendo participado da produção de diversos laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas naquele estado, todos aprovados pelo órgão indigenista oficial.

O estudo intitulado Laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, também conhecida como Santuário dos Pajés, localizada na cidade Brasília, Distrito Federal, Brasil, concluído sob a coordenação do antropólogo Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, foi entregue no início de setembro de 2011 a servidores da FUNAI em Brasília, a antropólogos do Ministério Público Federal (MPF) e a lideranças da comunidade indígena do Santuário dos Pajés. Mais recentemente, no dia 13/10/2011, foi entregue uma nota complementar com medições da terra indígena à Presidência da FUNAI, MPF e lideranças do Santuário dos Pajés.

O Laudo concluído atesta de maneira clara, objetiva e consistente que se trata de terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, cuja extensão é de, pelo menos, 50,91 hectares. Atesta que a ocupação indígena no Santuário dos Pajés remonta a fins da década de 1950, quando ali chegaram indígenas da etnia Fulni-ô, provenientes de Águas Belas, 145 Pernambuco, e iniciaram o processo de ocupação da área. Posteriormente, a partir da década de 1970, famílias Tuxá e Fulni-ô estabeleceram moradia permanente no lugar e ali passaram a constituir uma comunidade multiétnica,

com fortes vínculos de tradicionalidade com a terra e participantes de uma complexa rede de relações sociais. Mais tarde somaram-se a elas famílias Kariri Xocó. Um Processo da FUNAI no qual constavam importantes documentos para o esclarecimento dos fatos, inclusive procedimentos oficiais para a regularização da área, sob Nº 1.607/1996, desapareceu de dentro do próprio órgão indigenista.

Nos últimos anos, parte da área tem sofrido impactos negativos diretos pelas obras do Projeto Imobiliário Setor Noroeste, sob a responsabilidade da empresa Terracap, cujo licenciamento ambiental ocorreu sem o necessário estudo do componente indígena local. Além disso, tem sido registrada a destruição da área de preservação ambiental e o uso da violência física contra membros das famílias indígenas e seus apoiadores, bem como prejuízos às suas moradias e demais benfeitorias, conforme divulgado pela imprensa nacional.

É urgente que a FUNAI constitua um Grupo de Trabalho para proceder aos estudos necessários à identificação, delimitação e demarcação da terra indígena, em conformidade com a lei. Isso é necessário que a Justiça faça jus ao próprio nome e proíba a continuidade das obras, solicitando a retirada das construtoras da área e apurando as violações aos direitos humanos, indígenas e ambientais que têm sido amplamente divulgadas nos meios de comunicação.

A morosidade da FUNAI em tomar as providências para assegurar os direitos territoriais, inclusive no que se refere à entrega formal do laudo à Justiça, tem aumentado a situação de vulnerabilidade e causado grandes prejuízos àquela comunidade indígena e à conservação ambiental do lugar. Tal postura favorece os setores ligados à especulação imobiliária em Brasília e seus aliados políticos, inclusive pessoas ligadas a conhecidos esquemas de corrupção no Distrito Federal e segmentos da imprensa a elas vinculados, os quais seguidamente distorcem e manipulam os fatos a favor de seus patrocinadores.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2011.

João Pacheco de Oliveira

Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas/ABA

ANEXO G- IMAGENS DOS EVENTOS PROMOVIDOS NO SANTUÁRIO DOS PAJÉS



Projeto de visita guiada ao Santuário - 2010.



Imagens dos dois eventos promovidos por índios e apoiadores na UnB para divulgar o Filme: "Sagrada Terra Especulada" e debate sobre a situação do Santuário dos Pajés.

"Yha tokhetha malti herinke yowa yha kha knaphneka
ywatkei ywate y-a-sete yha-toá maltilya"
(idioma Yhatsald)

"Os ancestrais estão te chamando para o Cerimonial do
espírito do milho do Planalto Central."

Convite Toré do Milho Maltilya\ Awati

Convidamos Vossa Excelência para participar do Cerimonial
do Espírito do Milho no "Santuário Sagrado dos Pajés"-Terra
Indígena tradicional da Comunidade Tapuya/Fulni-Ô.
Ocasão em que celebramos, reverenciamos e agradecemos a
tradição dos nossos ancestrais do Planalto Central, seus
ensinamentos e o conhecimento do espírito do milho transmitido
pelos códigos elementais da mãe terra e expandidos por muitos
povos indígenas da América.



Venham conhecer a força da tradição tapuya no
"Santuário Sagrado dos Pajés", Terra Indígena Tradicional,
Centro Cerimonial e Espiritual.

Venha saber por que nós povos indígenas mantemos nosso
apego a mãe terra e celebramos orgulhosamente nossa raiz
onde se conecta nossa vida, nosso passado e nossa resistência
como povos histórico-originais. Venha ver, ouvir e respeitar
a força sagrada da terra no espírito do milho: vida, verdade,
alegria, esforço e justiça, respirando o ar sagrado de nossa
terra tapuya, o saber conservado na sabedoria e na cultura
da nossa comunidade. Nossa luta pela terra, o cerrado e
nossas tradições.

Comunidade Tapuya/Fulni-Ô
Santuário Sagrado dos Pajés



Santuário Sagrado dos Pajés Comunidade Tapuya/Fulni-Ô

Terra Indígena Tradicional,
Centro Cerimonial e Espiritual,
Patrimônio Cultural indígena.

Programação:

- 10:00 Recepção dos convidados
- 10:30 A visão indígena dos alimentos da Terra Mãe
- 11:00 Consagração do espírito do milho e dos espíritos ancestrais
do Planalto Central no Santuário dos Pajés e
Ritual do Toré do Milho
- 11:45 Caxiri na Cuiá e Comidas indígenas tradicionais de Milho
- 12:45 Encerramento - Círculo Sagrado e Palavras Finais

* Amostra de Artesanato indígena e de plantas medicinais

Local: Terra Indígena "Santuário dos Pajés" acesso pelo colégio
Leonardo da Vinci (estacionamento) 915 norte,
área nordeste de Brasília.

"Respeitar a vida porque tudo é sagrado"

www.santuariodospajes.blogspot.com
santuariodospajes@gmail.com

Maltilya/Awati Toré do Milho



Terra Indígena
Santuário Sagrado dos Pajés

Sábado 14 Maio 2011

Imagens do convite para o Toré do Milho realizado no Santuário.

ANEXO H- FOTOS DO TEMPLO DE UTILIZADO PELOS PARA CELEBRAREM SEUS RITOS



Fonte: <http://painelpolitico.com/indigenas-cobram-demarcacao-de-terras-11-km-do-congresso-nacional/#.XAFuXdtKiM8>



Fonte: <http://painelpolitico.com/indigenas-cobram-demarcacao-de-terras-11-km-do-congresso-nacional/#.XAFuXdtKiM8>

Roteiro- Mapeamento de demandas

- Resíduos sólidos e separação do lixo
- Conflitos dentro do Noroeste
- Qualidade de vida (alimentação, moradia, saúde)
- Manejo do espaço onde vivem (Se há hortas, criação de bichos)
- Visão da comunidade em relação a Educação Ambiental? Tem algum programa de Educação Ambiental na aldeia?anex
- História socioambiental (pois houve uma perda territorial importante pra eles quando iniciou a construção do Noroeste, uma grande área foi desmatada)
- Conflitos socioambientais (Como é o relacionamento com a comunidade do entorno? Quais impactos os não-índios do entorno causam na Terra Indígena? Os moradores não-índios têm coleta de lixo? E os indígenas? Como funciona?).
- Quais as principais demandas sanitárias (água, esgoto, etc.) e de atendimento de saúde têm os indígenas do Santuário?